

No Amapá:

Garimpo invade terras dos Waiãpi

As terras dos Waiãpi estão invadidas pelos garimpeiros e pela empresa mineradora Monte Negro. Cortados aos meios pela Perimetral Norte os Waiãpi perderam a segurança no seu território. Esta situação poderá perdurar por muito tempo, pois a demarcação de suas terras não consta no programa da Funai. O órgão tutor, ao que tudo indica, objetiva atrasar o processo de demarcação, numa tática que visa reduzir a área deste povo. Isto leva a uma situação desvantajosa: enquanto o território não for demarcado e os garimpeiros permanecerem na área, os indígenas serão obrigados a se concentrar perto dos postos da Funai e principalmente no Posto de Amapari e no Igarapé Onça.

O Waiãpi é um povo indígena de língua Tupi e situa-se nas bacias dos rios Amapari e Jari, no Território Federal do Amapá e norte do Estado do Pará. Os assentamentos dos índios repartem-se entre os municípios de Macapá e Mazagão, no Amapá e, no município de Almerim, no Pará. Mas a Funai faz atendimento a três postos que não correspondem à real divisão dos grupos Waiãpi. São eles: Amapari, Nipuku e Molokopote.

O modo como foram colocados os Postos Indígenas desobedece a tradição deste povo que vive descentralizado. Os Waiãpi lutam há muito tempo, sem contudo, nunca terem conseguido mudar a política anti-indígena da Funai. Segundo alguns relatórios ela está acobertando a instalação e fixação de garimpos na área, notadamente nestes dois últimos anos. São conhecidos três focos de invasão para exploração de garimpos: no Cuc, afluente do rio Jari, onde existem aproximadamente dez pessoas; no Nipuku-Aimã, antigo garimpo "Três Pedacos"; e, no Rio Aroã.

É conhecida a existência da Mineração Monte Negro Ltda, de propriedade do Sr. João Batista de Oliveira Costa, funcionado nos igarapés afluentes do alto Nipuku e Etonnéwaka, de onde retira tentanita, minério destinado à fabricação de aços especiais. E há, também, indicação de que explora um filão de ouro e columbita. O que surpreende é que esta mineradora só tem documentação regular, apenas para pesquisar e não para explorar. Tal documento fornecido pelo próprio Ministério das Minas e Energia.

CONTRABANDO E DESRESPEITO

Já foram investidos mais de dez milhões de cruzeiros em campo de pouso e equipamentos técnicos. Há ainda um voo diário para transportar minério até Macapá, de onde é exportado ou contrabandeado para os Estados Unidos. Só em 1979, foram extraídas 50 toneladas de tentanita, segundo cálculos, e mais dez estavam estocadas. A Funai entrou com uma ação pedindo anulação da autorização e a reintegração de posse. Até agora nada foi resolvido. Enquanto isso, a área invadida está contaminada pelo uso de produtos tóxicos e as águas do Nipuku, se continuarem poluídas, irão causar um genocídio ao grupo.

Mineração à parte, o processo entreguista é reforçado por outros fatores, como por exemplo a precariedade de assistência de saúde à área do PI de Nipuku. Tal prática tem levado forçosamente os indígenas a abandonar o local. A falta de atendimento de enfermagem vem causando sucessivas mortes na região do Nipuku-Marity, onde não há remédios. A tática visa esvaziar a área e abrir caminho para a dilapidadora Monte Negro Ltda.

Outro item, nesta ação dizimadora, se relaciona com a implantação de uma única escola no PI de Amapari, que terá como efeito atrair as famílias das aldeias mais afastadas. Se isto vier acontecer, se é que não está acontecendo, fica demonstrado patentemente o desrespeito ao tipo de ocupação dos Waiãpi que se caracteriza pela descentralização em pequenas e autônomas comunidades residenciais dispersas no seu território. A tentativa de concentrar a população Waiãpi, em um único centro de ocupação, tem e terá repercussões desastrosas.

TRANSFERÊNCIAS

Outro despropósito é a implantação prevista, de um projeto de desenvolvimento comunitário na mesma área do PI de Amapari, e que terá o mesmo efeito concentrador da população, isto porque, somente através deste tipo de projeto é que os indígenas conseguem dinheiro para comprar munição. Esta relação de dependência foi criada pela introdução de armas de fogo em substituição ao arco e flecha originários.

Para completar a sua política anti-indígena a Funai



Waiãpi com suas terras invadidas por garimpeiros (Foto: Pe. Nello)

está pretendendo transferir o grupo do Capitão Sarapo, de Molokopote, no alto Jari, para o Igarapé Onça, a leste do rio Cuc. O motivo alegado é que a demarcação da área de Molokopote em contínuo com a área dos Waiãpi do Onça-Nipuku é muito extensa. A reinstalação do grupo no Cuc resultaria em problemas de isolamento e falta de assistência, e até em tensões entre eles mesmos.

Além destas atitudes omissas e mal intencionadas da Funai há uma proposta que fatalmente irá trazer trágicas consequências. Trata-se da criação de uma "Floresta Nacional do Amapá", para exploração sistemática do potencial madeireiro da área, como parte do programa que inclui 12 áreas florestais que vão ser entregues às multinacionais para fazerem exploração por "contratos de riscos". A área especulada cobre, na parte sudoeste, uma extensão efetivamente ocupada pelos Waiãpi. Para se evitar este atentado, urge que haja entendimentos entre a Funai e o IBDF.

As terras ocupadas hoje pelos Waiãpi nem sempre foram estas. Antes ocuparam a região do baixo rio Xingú de onde emigraram para a margem oposta do Amazonas, no final do século XVII. A partir desta data ocuparam a vasta área situada entre os rios Oiapoque, Jari e Araguari, onde são mencionados por documentos a partir de 1730.

Foi a partir de 1850, na região do Jari que os Waiãpi, devido os frequentes contatos com balateiros e seringueiros, sofreram doenças contagiosas que se alastraram e provocaram um brusco abalo demográfico. As experiências do contato determinaram um recuo das aldeias para regiões mais isoladas, nas cabeceiras dos rios Cuc e do Nipuku, principalmente. Mas são nestes últimos anos que o povo Waiãpi vem sofrendo as consequências da propagação de doenças trazidas pelo contato já frequente com a população regional, que faz diminuir a sua.

EPIDEMIAS

As incursões dos garimpeiros já se manifestavam e se intensificaram neste último período. Por volta de 1970, num importante garimpo, chamado "Coco", os indígenas alimentavam e hospedavam os garimpeiros em troca de bugigangas. Todavia em outras regiões os garimpeiros provocaram a morte de uma dezena de índios por epidemia de gripe. A epidemia foi tão violenta, que na região do Igarapé Água Preta o grupo foi extinto, salvo dois indivíduos. É importante ressaltar que todas estas áreas de garimpos, além das mais recentes, continuam até hoje invadidas com a complacência da Funai, que embora presente na área, nada faz para evitar.

Transferências compulsórias e desrespeitosas foram realizadas entre 1967 e 1971 em várias levas dos Waiãpi, que foram retirados da área do rio Cuc. A última foi a do grupo do Capitão Sarapo transferido pelo CPRM e levado para Molokopote - agora já estão pretendendo trazer de volta ao Cuc -, onde a FAB estava abrindo um campo de pouso. A transferência aparentemente foi um acordo entre o CPRM e a FAB, que tomara a iniciativa sem calcular os transtornos que iriam provocar.

A Funai entrou em contato com este povo em 1973, dando apoio logístico à construção da Rodovia Perimetral Norte. O seu papel era o de abrir caminho e domesticar os indígenas. Tanto é que seus primeiros postos se localizavam nas proximidades da Entrada. A desassistência a outros grupos mais arredios fez com que eles fizessem longas viagens para serem atendidos.

No momento, não há ocupação por posseiros ou colonos. Entretanto a Perimetral facilitou a penetração de garimpeiros e empreendimentos de colonização. Todas essas invasões decorrem simplesmente pelo fato da terra não ter sido demarcada. Isto não significa que ainda não se fizeram tentativas. Ao contrário, projetos e mais projetos já foram apresentados sem contudo atingirem os seus objetivos.

Na proposta da comunidade Waiãpi e do grupo de trabalho que o acompanha, consideram prioritários para a demarcação os direitos históricos dos índios sobre suas terras, reconhecendo-se a posse imemorial, conforme o disposto na Constituição. Deve-se levar em consideração as características sócio-culturais do grupo, a forma de ocupação e de uso das terras; a necessidade de preservar sítios de caráter mítico e religioso, como as áreas de perambulação entre os diversos centros de caça, coleta e habitação. E o que é fundamental deve-se preservar uma área única e não zonas descontínuas.

José Barroncas

CEDI
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Barro Preto*

Data: *20/1/81*

Class: *21*

Pg: *09*